

Ata da 12ª Sessão Ordinária do 1º período Legislativo da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos oito (08) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, no Plenário Vereador Laerte Nunes Moreira, realizou-se a décima segunda (12ª) Sessão Ordinária da segunda (2ª) Sessão Legislativa, da décima oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Caçu. Às 16h09min, a Presidente Vereadora Jeandra Alves Guimarães do Carmo declarou aberta a Sessão na presença dos Vereadores: Alessandro Bessa, Alexandre Eterno Freitas Santos, André Luiz Oliveira Camargos, Cassiano Lemos de Souza, Donisete Paiva Rezende Junior – Junior Rezende, Hortência Freitas dos Santos, Rodolfo Ancelmo da Silva Neto e Virgínia Bernardes de Freitas Silva. Aberta a Sessão, foi lida e aprovada por todos a ata da Sessão anterior. Dando início ao Expediente Diverso, foi para discussão o Ofício Mensagem nº 022/2026 – que submete à apreciação e deliberação o Projeto de Lei Complementar nº 06/2026 e solicita sua tramitação em regime de urgência especial, de autoria do Poder Executivo. Submetida a solicitação de apreciação e deliberação da referida matéria em regime de urgência especial foi aprovada por unanimidade. A seguir foi para discussão o Ofício nº 088/2026 – que requer a apreciação e deliberação do Projeto de Lei Ordinária nº 16/2026 em regime de urgência especial, de autoria do Poder Executivo. Submetida a solicitação de apreciação e deliberação da referida matéria em regime de urgência especial foi aprovada por unanimidade. No Expediente foram lidas as seguintes matérias: Emenda Modificativa nº 07/2026 – que “Altera o Art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 22/2026”, de autoria do Ver. Alexandre Freitas; Projeto de Lei Ordinária nº 22/2026 – que “Altera a Lei Municipal nº 2.699/25, de 21 de novembro de 2025 e dá outras providências”, de autoria do Ver. André Camargos; Projeto de Lei Ordinária nº 88/2025 – que “Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAÇU “ACIC”, e dá outras providências”, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2026 – que “Altera a Lei Orgânica do Município de Caçu”, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2026 – que “Susta os efeitos do Decreto Municipal nº 073/26, de 05 de acompanhamento, a transparência, a rastreabilidade e prestação de contas das Emendas Parlamentares Impositivas no âmbito do Município de Caçu – GO, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora; Requerimento nº 09/2026 – que “Requer à convocação da Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Educação, para comparecer ao Plenário desta Câmara Municipal, afim de prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis sobre as atividades funcionais definidas em lei desenvolvidas pela secretaria”, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Indicação nº 37/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a realização de obra de reestruturação completa da Avenida Ildelfonso Carneiro, no trecho compreendido entre a Escola Militarizada e o Auto Posto ABC, contemplando a retirada dos bloquetes existentes, implantação de pavimentação asfáltica adequada (recapeamento), bem como construção de sistema eficiente de drenagem pluvial”, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Indicação nº 38/2026 – que “Indica a criação de nova entrada e saída para a Escola Cívico Militarizada, com acesso pela Av. Ildelfonso Carneiro”,

de autoria do Ver. Júnior Rezende; Indicação nº 39/2026 – que “Indica a aquisição de ambulância para atendimento das demandas da rede municipal de saúde”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes; e Indicação nº 40/2026 – que “Indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal o aluguel de contêineres para acomodação dos pacientes internos do Hospital Municipal durante o período de reforma”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes. Na Ordem do Dia foi para discussão o Requerimento nº 06/2026 – que “Requer ao Poder Executivo Municipal a revisão dos incisos I e II do art. 30 do código tributário municipal, visando sua adequação ao caput ou, alternativamente, a revogação dos mesmos, a fim de sanar inconsistências normativas”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. O autor pediu apoio para aprovação da proposição e explicou sua finalidade que é eliminar conflitos normativos existentes na legislação tributária municipal e garantir segurança jurídica aos contribuintes. Submetido o Requerimento em votação única foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóveis para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) para reforma da Rodoviária, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em primeira votação foi aprovado por unanimidade. Depois, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 14/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóvel para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) para reforma do Ginásio de Esportes, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em primeira votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 15/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóvel para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA), e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em primeira votação foi aprovado por unanimidade. Após, foi para discussão a Indicação nº 30/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a criação e implantação de um Programa Municipal de Controle e Manejo de Animais em Situação de Rua, com ações de castração, vacinação, recolhimento de animais em situação de risco, incentivo à adoção responsável e campanhas educativas”, de autoria do Ver. André Camargos. O autor defendeu a relevância da medida para a saúde pública e o bem-estar animal, destacando o trabalho essencial da ONG SOS 4 Patas. O parlamentar enfatizou que a entidade presta um serviço voluntário fundamental, mas encontra-se sobrecarregada, o que reforça a necessidade de suporte do Poder Público. A seguir, foi para discussão a Indicação nº 32/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal, a equiparação do salário base do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Prefeitura ao valor percebido pelo mesmo cargo na Câmara Municipal de Caçu”, de autoria do Ver. André Camargos. O autor defendeu a proposição salientando que a equiparação é uma forma de garantir isonomia e dignidade à categoria. A Ver. Virginia Bernardes parabenizou a iniciativa e defendeu a necessidade de uma reforma administrativa que promova a valorização salarial de todo o funcionalismo público, tendo em vista a atual defasagem nos vencimentos. A Ver. Hortência Freitas manifestou apoio à Indicação e enfatizou o dever de promover a valorização salarial. Na ocasião, lembrou que as auxiliares de serviços gerais da Câmara Municipal lutam há anos pelo recebimento do adicional de insalubridade e que o benefício é uma forma fundamental de reconhecimento

e valorização da categoria. O Ver. Alexandre recordou que já apresentou Indicação para contratação de profissional para avaliar o direito ao adicional de insalubridade aos auxiliares de serviços gerais do hospital. Na oportunidade, reiterou que a valorização salarial é indispensável à dignidade dos trabalhadores. Posteriormente, foi para discussão a Indicação nº 31/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal, a construção e implantação de redutor de velocidade na Rua José Junqueira de Almeida, no Setor São Paulo, no trecho localizado no meio do quarteirão da Praça Paulo Cesar Junqueiroz (Praça da Peteca)”, de autoria do Ver. André Camargos. O autor justificou a medida apontando necessidade de garantir mobilidade urbana eficiente e segurança. Mencionou, também, que já apresentou Indicação análoga para o trecho adjacente ao Comercial Ruas, a qual, contudo, ainda aguarda providências do Poder Executivo. Os Vereadores Hortência Freitas e Alexandre Freitas manifestaram apoio à Indicação destacando excesso de velocidade praticado por condutores neste e em diversos trechos da cidade. O Ver. Cassiano Lemos sugeriu que o Detran seja convidado a realizar visita ao município para avaliar os trechos que demandam, efetivamente, a instalação de redutores de velocidade. O parlamentar ponderou que nem todas as localidades apresentam os requisitos necessários para tal intervenção. Na sequência, foi para discussão a Indicação nº 33/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas visando à disponibilização de profissional para acompanhamento de pacientes idosos e pessoas com deficiência em consultas e exames realizados fora do domicílio”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes. A autora afirmou que defendeu a medida, explicando que idosos e pessoas com deficiência enfrentam dificuldades de locomoção e compreensão em centros médicos, sendo a presença de profissional essencial para garantir a eficácia do tratamento, a segurança e a dignidade desses cidadãos. Ato contínuo, foi para discussão Indicação nº 34/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas visando à criação de pontos estratégicos nos postos de saúde para embarque e desembarque de pacientes que necessitam se deslocar para outras cidades para tratamento de saúde”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes. A autora justificou a medida mencionando que o embarque em postos de saúde facilita o acesso dos pacientes, sobretudo aqueles que moram mais distantes da garagem, idosos e pessoas com deficiência, evitando deslocamentos desnecessários até a garagem municipal em horários de madrugada. Os Vereadores Hortência Freitas e Alexandre Freitas endossaram a iniciativa da autora, destacando a dificuldade de locomoção e mobilidade para os pacientes. Depois, foi para discussão a Indicação nº 35/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas visando à implementação de programa de tratamento integral destinado a pacientes com diabetes e obesidade, contemplando acompanhamento médico, nutricional, psicológico e, quando indicado, o fornecimento do medicamento Mounjaro mediante indicação médica”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes. A autora defendeu que o tratamento com a medicação tem se mostrado eficaz para tratar diabetes e obesidade, enfatizando que o investimento reduzirá gastos do município com procedimentos de alta complexidade como bariátricas. O Ver. André Camargos manifestou apoio à Indicação esclarecendo que uso da medicação visa à saúde pública e não apenas à estética. Por último, foi para discussão a Indicação nº 36/2026 – que “Indica instalação de bancos e cobertura na entrada da Creche Municipal Vander Luiz Bosco”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. O autor justificou a importância da



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

melhoria para oferecer mais conforto e dignidade aos pais e alunos que aguardam a abertura do portão. Após, o Secretário anunciou as matérias para Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária. Ao final, os Vereadores inscritos usaram da palavra para fazerem suas Considerações Finais. Nada mais havendo, a Presidente declarou encerrada a Sessão às 18h05min. Eu, Alexandre Eterno Freitas Santos, 1º Secretário, fiz lavrar a presente Ata, que depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

Ver. JEANDRA ALVES GUIMARÃES DO CARMO
Presidente

Ver. ALEXANDRE ETERNO FREITAS SANTOS
1º Secretário

